

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

COP29



Licitação define montagem das zonas, como na COP29

Casa Civil responde sobre a OEI e a COP30

A Casa Civil declara-se tranquila quanto aos questionamentos que a oposição vem fazendo a respeito da contratação da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), sem licitação, para a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - a COP30 -, que acontece em novembro em Belém (PA). A oposição apresentou requerimento junto

ao Tribunal de Contas da União para suspender o contrato, no valor de R\$ 478,3 milhões. Na semana passada, pediu também informações à própria Casa Civil, que terá 30 dias para responder. Ao Correio Político, a Casa Civil respondeu que tudo foi feito de forma regular. “A Administração Pública pactua acordos e projetos de cooperação com organismos internacionais”.

Decreto

“De acordo com o Decreto nº 11.941/2024, não há a necessidade de licitação para a assinatura desses projetos, dentro do escopo previsto pela norma”, disse a Casa Civil ao Correio Político. “O Brasil atua em cooperação com diversos organismos internacionais e multilaterais”.

Contratação

Assim, a OEI foi contratada sem licitação pela Casa Civil para gerir a COP30. E agora conduz as contratações de duas outras empresas, num valor total de R\$ 595,6 milhões, para organizar as duas áreas principais da conferência: Blue Zone e Green Zone, uma área de 160 mil m².

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Requerimento é direcionado a Rui Costa

Oposição quer saber por que OEI conduz a licitação

No requerimento de informações à Casa Civil feito pelo líder da Oposição, Luciano Zucco (PL-RS), a principal pergunta é por que a Licitação 11060/2025, de 12 de fevereiro, foi conduzida pela OEI e não pela Secretaria-Executiva da COP30. Segundo a Casa Civil, foi justamente para conduzir tal licitação que foi contrata-

da a OEI. A licitação visa a contratação de duas empresas para montar e gerenciar as duas zonas de atividades, conforme as determinações do manual “How COP”, das Nações Unidas. A Blue Zone é a área restrita destinada às autoridades. A Green Zone é a área de acesso mais amplo, onde ocorrem shows e eventos.

Fundamentos

“Por quais fundamentos jurídicos a licitação deveria ser conduzida pela OEI e não pela Secretaria-Executiva da COP30”, questiona o requerimento. Que questiona também como será a fiscalização pelos organismos de controle, uma vez que a OEI é um órgão internacional.

Oportunidade

A oposição sabe que a COP30 é vista pelo governo como a grande oportunidade de retomar o protagonismo internacional na questão ambiental. E viu na forma como a OEI foi contratada um filão para contestar o evento e tentar por esse meio descredibilizá-lo.

Controle

Diz a Casa Civil que a aplicação dos recursos pela OEI é acompanhada pela Secretaria-Executiva da COP30, abertos a fiscalização do Controle Interno. A oposição não se dá por satisfeita. “Há fortes indícios de irregularidades que precisam ser investigados”, afirma Zucco.

Retórica

O presidente da COP30, embaixador André Correia do Lago, declarou que trabalhará para que essa conferência não fique apenas na retórica e traga compromissos efetivos. Para obter isso, é preciso não deixar pontos que a oposição possa explorar.

Gleisi preserva “núcleo duro” do PT ao lado de Lula

Ao Correio, analistas avaliam desafios na articulação política

Por Gabriela Gallo

Gleisi Hoffmann é oficialmente a nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência (SRI). Ela foi empossada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta segunda-feira (10), em cerimônia no Palácio do Planalto. A ex-deputada federal pelo Paraná assume no lugar de Alexandre Padilha, que assumiu na mesma cerimônia o Ministério da Saúde. Estavam presentes diversas autoridades, dentre elas, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Porém, poucos parlamentares do Centrão. Para assumir o ministério, Hoffmann deixou o cargo de presidente do Partido dos Trabalhadores, onde atuou por oito anos.

Em seu discurso de posse, Gleisi destacou que “cheguei para somar” e atuar em conjunto com os parlamentares do Congresso Nacional. Ao longo do mandato Lula 3, a ex-presidente do PT acumulou divergências com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na ala econômica. A fim de amenizar publicamente as desavenças entre os dois, ela reiterou que atuará em apoio ao governo, elogiando a atuação do ministro.

“Tenho plena consciência do meu papel, que é de articulação política. Eu estarei aqui, ministro Fernando Haddad, para ajudar na consolidação das pautas econômicas do governo”, disse.



Gleisi conduzirá articulação política do governo Lula

Motta e Alcolumbre

No mesmo posicionamento, ela também buscou aceitar relações com os presidentes do Congresso. “Com vocês [Motta e Alcolumbre], quero manter uma relação respeitosa, franca, solidária e direta. Não tenham dúvidas, estarei sempre aqui para conversar, ouvir críticas e acolher sugestões”, afirmou.

Ao Correio da Manhã, a diretora de Relações Governamentais da BMJ Consultores Associados Rebeca Lucena destacou que escolha de Hoffmann para a SRI é “um movimento do presidente Lula para preservar o núcleo duro do governo nas mãos de petistas de extrema confiança”.

“A escolha é uma aposta de que a parlamentar – conhecida pelo perfil combativo – assu-

ma uma conduta semelhante à adotada durante a pandemia da covid-19, em que atuou diretamente na construção e principalmente no cumprimento de acordos entre o PT (então na oposição) e Arthur Lira (PP-AL), que comandava a Câmara dos Deputados”, afirmou Lucena.

Ela ainda ressaltou que, além da articulação política, Gleisi “será responsável por executar o cronograma de empenho e liberação das emendas parlamentares de acordo com o plano proposto pelo Congresso Nacional e homologado pelo Supremo Tribunal Federal, e por intermediar o diálogo com os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão)”.

Desafios

O histórico combativo de Gleisi pode vir a se tornar um desafio para a nova ministra, de acordo com o advogado especialista em relações governamentais Isaac Simas. Ele avaliou que Gleisi Hoffmann enfrentará dois principais desafios: um pessoal e outro interpessoal.

“O pessoal é mudar a histórica forma aguerrida e combativa dela. Se ela continuar com esse tipo de atuação, ela não vai conseguir ter diálogo com o Congresso para passar a questão do Orçamento e mesmo as pautas de interesse do governo”, destalhou ao Correio da Manhã.

Já o desafio interpessoal se refere ao Centrão, que ansiava pelo posto. “Isso pode travar um pouco as negociações”.

Padilha assume Saúde para dar mais visibilidade à pasta

Ricardo Stuckert/PR

Por Gabriela Gallo

Além de Gleisi Hoffmann, nesta segunda-feira (10) Alexandre Padilha foi empossado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como novo ministro da Saúde. Ele deixou a Secretaria de Relações Institucionais, agora comandada por Hoffmann, para assumir no lugar de Nísia Trindade – que estava presente na cerimônia que ocorreu no Palácio do Planalto. Esta é a segunda vez que Padilha assume o Ministério da Saúde, visto que ele já comandou a pasta de 2011 a 2014, no governo de Dilma Rousseff.

Em sua despedida como ministra da Saúde no governo Lula 3, Nísia Trindade fez um balanço sobre sua gestão frente ao ministério. Em seu discurso, ela agradeceu ao presidente Lula pela oportunidade de atuar frente ao Ministério. Contudo, a agora ex-ministra disse ter sido vítima de uma campanha “sistemática e misógina” enquanto estava no cargo, visando desvalorizar seu trabalho. Porém, apesar da clara insatisfação, ela disse que seu tempo no cargo tinha acabado.

“Temos que ter maturidade política e compreensão do que o país precisa de nós. No meu caso, é hora de seguir em frente, atuando em outros espaços, seguindo comprometida com a defesa do projeto de um país mais soberano”, destacou Nísia.

Filas de espera

Ao assumir como novo ministro da Saúde, Padilha criti-



Padilha: estilo mais político na Saúde

cou veementemente o negacionismo científico e reiterou que “só se enfrentam problema de saúde pública com a ciência”. Além disso, ele pontuou que as primeiras prioridades do Ministério serão a vacinação contra a dengue e a redução das filas de espera para atendimentos especializados no Sistema Único de Saúde (SUS). “Todos os dias vou trabalhar para reduzir as filas de espera do SUS”, reforçou Padilha.

Para o Correio da Manhã, a diretora de Relações Governamentais da BMJ Consultores Associados Rebeca Lucena ressaltou que o anúncio de redução de filas do SUS foi estratégico para reduzir o aumento da desaprovação do governo. “Ao se focar na fila de espera do

SUS, a administração procura utilizar a pasta da Saúde para trazer de volta um público de apoio que sempre esteve com o governo, mas que se encontra atualmente descontente e em desaprovção. Dessa forma, sua atuação não só terá um impacto direto na gestão do SUS, mas também poderá gerar a visibilidade que Lula almeja para consolidar suas metas na reta final de seu mandato com foco nas eleições de 2026”, destacou Lucena.

Visibilidade

Na avaliação de Rebeca Lucena, a principal contribuição de Alexandre Padilha no Ministério da Saúde é trazer maior visibilidade para a pasta, aumentando a divulgação dos

feitos da Saúde (e consequentemente do governo) mirando nas eleições presidenciais de 2026.

“Embora o presidente tenha reconhecido a importância da gestão de Nísia Trindade, sua avaliação indicava que faltava um apelo mais ‘marqueteiro’ para consolidar as conquistas da saúde pública. Padilha, por sua vez, traz maior habilidade de articulação política, bastante evidenciada em sua primeira passagem neste Ministério, quando não abandonou as diretrizes do Governo, ao mesmo tempo em que soube se aproximar do setor produtivo”, ponderou a especialista em Relações Governamentais.

Em conversa com a reportagem, o cientista político Felipe Rodrigues completou que Alexandre Padilha tem um “conhecimento técnico com articulação política”, enquanto a ex-ministra Nísia Trindade tinha um perfil mais técnico e acadêmico. “[Isso] pode facilitar tanto a implementação de programas de saúde quanto a obtenção de recursos necessários junto ao Congresso”, explicou ao Correio da Manhã.

O advogado especialista em relações governamentais Isaac Simas ressaltou que, nos bastidores, o nome do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) chegou a ser cotado para assumir a pasta.

Com isso, a escolha do presidente Lula em empossar um aliado “bota um freio na avassaladora onda política do Centrão”.